Bianca Stefanovicians - n° USP: 10845551 - Letras (Espanhol/Português)

Beatriz Lalli de Freitas - nº USP: 9791570 - Relações Internacionais

Carolina Mellado - nº USP: 10761040 - Letras (Alemão/Português)

Felipe Ramos Tena - n° USP: 9373816 - Poli (Engenharia Elétrica)

Heitor de Oliveira Baffa - nº USP: 11323599 - Letras

Kevin Kirsten Lucas - nº USP: 10853306 - Poli (Engenharia Elétrica)

Maria Luiza Mion de Souza Leite - nº USP: 10760442 - Letras (Alemão/Português)

Maria Victória Vilela - nº USP 11269060 - Relações Internacionais

Matheus Martins de Souza - nºUSP: 10877362 - Poli (Engenharia de Minas)

Raphael Augusto Marchetti - n° USP: 9347855 - Poli (Engenharia Elétrica)

Raphael Kenji Ogushi - Poli (Engenharia de Minas)

**4.6 Garantir o ensino básico de matemática e a alfabetização das pessoas.**

É necessário, primeiramente, entender que para garantir o ensino básico de matemática e a alfabetização das pessoas, é preciso pensar não somente nas possíveis soluções para este problema que enfrentamos em grande escala atualmente, mas também nos motivos do porquê esse problema existe. O problema é resolvido a partir do momento que as soluções são voltadas tanto para os adultos quanto as crianças, pois assim começamos do ensino básico, tendo como consequência um maior número de jovens alfabetizados e com conhecimento básico de matemática. Além de também ajudar a aos cidadãos mais velhos, os - agora adultos - que tiveram que parar os estudos por diversos motivos e não têm o conhecimento que adquiriam no ensino básico.

Alguns motivos do Brasil enfrentar estes problemas giram em torno da grande evasão escolar, consequência de diversas causa como o envolvimento com crimes ou mesmo quando é o adolescente precisa sair da escola para ajudar a sustentar a família. Porém, um outro grande problema que gerou a não-alfabetização e não conhecimento de matemática básica é a progressão continuada - implantada no Brasil pela lei 9.394, onde há um sistema de ciclos e não está previsto a reprovação, mas a recuperação, por aulas de reforço -, e que devido a já baixa qualidade da educação pública do país e principalmente por muitos alunos não chegarem a terminar um ciclo, acaba prejudicando-os. Além disso, um problema ligado à população mais velha é o modo de como os supletivos são aplicados, ensinando grande levas de conteúdo em um tempo curto, além de muitos adultos não terem condições para frequentar as aulas.

 Uma alternativa acessível para melhorar os níveis de alfabetização entre os jovens e adultos é uma melhor implementação do EJA (Educação de Jovens e Adultos), tornando um programa governamental e de fácil acesso, criando novas oportunidades para pessoas que abandonaram a escola. A criação de auxílios, como de alimentação, transporte, financeiros ou até mesmo a criação de creche (ou salas recreativas) conjuntas ao local das aulas - pensando nos que já têm filhos- , também pode ajudar na procura por essa modalidade e na manutenção do engajamento das pessoas para que continuem o curso, sem se preocupar com essa área financeira e logística. Ademais, o ensino da matemática deve ser melhorado, criando materiais e capacitando melhor os professores para atender cada dificuldade do aluno, individualizando a atenção para que as dúvidas sejam sanadas. É também necessário mostrar para o jovem e adulto a importância da aprendizagem da matemática básica no dia a dia, adaptando os exemplos para a realidade de cada um, como aulas de economia doméstica, por exemplo.

 Inclusive, algumas das soluções para esses problemas podem ter realizadas por nós mesmos, fazendo projetos para ao menos começar a implementar e concretizar essas metas. Uma das possíveis ideias é a criação de grupos que aplicariam cursos de extensão para a comunidade externa à universidade, com aulas que iriam desde a alfabetização de jovens e adultos, até aulas de português e matemática para adultos que teriam precisado para os estudos. E por ser algo como um trabalho voluntário por parte do alunos, contariam como créditos de optativas ou mesmo horas complementares.

- O que, individualmente e/ou em grupo, você pode fazer para contribuir com a implementação dessa meta?

Como já mencionado anteriormente, a fim de contribuir com a implementação da garantia da alfabetização de todos os jovens, e maior parte de adultos homens e mulheres, e o conhecimento básico da matemática, são necessárias políticas públicas do governo brasileiro e iniciativas sociais que se proponham a criar incentivos e investimentos no futuro da educação, basicamente. Para além disso, os benefícios da educação, não apenas atingem os valores de capital humano, necessário para criação de tecnologia, mas também fundamentam a possibilidade de uma maior igualdade e liberdade social que prega a constituição brasileira.

Assim, os alunos, em suas universidades, poderiam sugerir a criação de grupos de extensão que valham créditos de optativas, visando o debate sobre a educação básica, mesmo no ensino superior. Neste sentido, os créditos dariam incentivos aos universitários ajudarem na alfabetização de outros jovens, a fim de que se procure conceder as oportunidades de educação em níveis mais avançados. Além disso, a criação de projetos sociais que tenham como método atividades culturais, motivacionais e psicológicas para os jovens alunos brasileiros de ensino básico. Por fim, ensinos técnicos gratuitos que tenham o intuito de alfabetizar e ensinar os fundamentos da matemática. É dever também dos estudantes pressionar o governo a cumprir a efetividade da educação pública de qualidade, quando este não parece a ter como prioridade.

No caso da alfabetização de adultos, poderiam ser criados grupos de extensão que deem créditos aos alunos universitários como forma de incentivo para auxiliar na educação de pessoas mais velhas. O auxílio de alunos universitários viria no sentido tanto para aulas técnicas como para ajuda no que diz respeito a saúde mental e psicológica dos alunos.

- O que pode, e deve, ser feito para desenvolver essa meta no Brasil e no horizonte 2030?

A fim de que se implemente a meta da educação no Brasil até 2030, são necessários, como citados anteriormente, incentivos sociais, através de projetos municipais e estaduais, e a melhora qualitativa e quantitativa do ensino público. A fim de que a educação seja incentivada, e obtenha maiores investimentos, é necessário não apenas uma disposição de projetos e políticas governamentais e não governamentais, mas também fundamentos sociais de redução de desigualdades sociais. É necessário que se criem estruturas sociais e econômicas de sustentação da educação, não apenas imateriais mas também concretas, como do ponto de vista da infraestrutura das escolas, melhorando o espaço de estudo e de materiais, além de uma reavaliação da eficiência dos métodos de ensino e estudo. É importante que as escolas e seus planejamentos recebam incentivos do Estado para reinventar maneiras de ajudar na avaliação das escolas e no nível de aprendizado dos alunos.

Assim, o ENEM passa a ser uma boa referência de medida do aprendizado escolar e de incentivo e fiscalização do sistema educacional. No entanto, a educação está essencialmente alinhada com as ideias de preferências e incentivos de comportamento dos indivíduos. Em casos da periferia, o ganho a longo prazo da educação passa a ser substituído, muitas vezes, pela praticidade a curto prazo do trabalho, e mais frequente ainda, pelo tráfico de drogas e do cime. Neste sentido, é necessário que haja uma cooperação conjunta de novas políticas públicas do estado que mudem o incentivo dos jovens, a partir da mudança de perspectiva em seu futuro e maior sustentação financeira familiar, e de uma cooperação de projetos sociais, se jovens preocupados com as perspectivas a longo prazo do país e ONGS que se propõe a, muitas vezes, sanar algumas ineficiências ou ausências do das políticas de incentivo estatais, de maneira mais próxima e atenciosa, além de criativa e adequada a seu contexto.

Além disso, ajustar as aulas com os horários das aulas de filhos, netos, menores que precisam ir para a escola com creches ou salas recreativas para mães e pais solteiros, ou seja, adequar a possibilidade de estudo a realidade e aos horários de trabalho daqueles que tem o interesse de se educar.

De modo geral, e resumidamente, o sistema educacional brasileiro deve sofrer reformas, não apenas no sentido qualitativo, mas também quantitativo. De acordo com o IBGE, a taxa brasileira atual de analfabetismo é de 6,8%, sendo que a meta do Plano Nacional de Educação de 2015 era de 6,5%, e a perspectiva de erradicação do fenômeno até 2024. Nesse sentido, as políticas públicas devem levar em conta orçamentos e a realidade social das relações de trabalho, assim como as oportunidades dos indivíduos que ainda não recebem os benefícios dos serviços de educação pública de qualidade, levando em conta o grande número de regressos, ou ausência das escolas. Ao mesmo tempo em que se deve gerar incentivo, através de melhores estruturas e metodologias de ensino criativas e adequadas ao contexto social e faixa etária dos alunos, é preciso reduzir a pobreza, as desigualdades social e econômica, criar projetos culturais, que estejam inseridos nos de educação locais e estaduais. A educação não é um investimento que deve ser feito isoladamente, mas está simbioticamente articulado com outros setores da vida social e econômica de um país e suas perspectivas de curto e longo prazo.